

DESPACHO N.º 125/R/2015

ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

Nos termos da legislação em vigor que instrui e regulamenta o Código do Trabalho, e da experiência adquirida da aplicação do referido estatuto, torna-se necessário a alteração deste procedimento. Assim, os alunos que pretendam requerer o estatuto de trabalhador-estudante na Universidade da Madeira (UMa) devem ter em conta o seguinte:

1 - Âmbito

a) Estão abrangidos por este regulamento os estudantes, inscritos nos programas de formação da UMa, conferentes ou não de grau, com um mínimo de 60 ECTS, nas seguintes condições:

- i) Funcionário, agente ou contratado a termo certo ou com contrato individual de trabalho, do Estado, Regiões Autónomas, autarquias ou de outra entidade pública;
- ii) Funcionário ao serviço de entidade privada;
- iii) Trabalhadores independentes;
- iv) Estudantes que frequentam curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, com duração igual ou superior a seis meses;
- v) Trabalhadores-estudantes que entretanto se encontrem em situação de desemprego involuntário, inscrito em centro de emprego.

b) Não estão abrangidos os estudantes inscritos em Unidades Curriculares Singulares no âmbito do artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, sucessivamente alterado, designados por "Aluno Externo".

c) Não estão abrangidos os alunos inscritos em regime de mobilidade.

2 - Prazo

a) O estatuto de trabalhador-estudante é requerido anualmente nos seguintes prazos:

- i) Para todo o ano letivo: até final do prazo de alteração de inscrição para o 1.º semestre
- ii) Para o 2.º semestre: até final do prazo de alteração de inscrição para o 2.º semestre

b) O prazo referido no ponto anterior é definido anualmente por aviso da Unidade de Assuntos Académicos.

3 - Instrução do requerimento e documentos

a) Os requerimentos devem estar devidamente instruídos, através do sistema InfoAlunos com o assunto correspondente e entrega dos documentos comprovativos originais no Gabinete de Apoio ao Estudante, de acordo com a sua situação:

i) Funcionário, agente ou contratado a termo certo ou com contrato individual de trabalho, do Estado, Regiões Autónomas ou de outra entidade pública:

Declaração atualizada do respetivo serviço, devidamente datada, assinada e autenticada, onde conste a identificação do estudante e demonstre, inequivocamente, o vínculo laboral.

7m e

ii) Funcionário ao serviço de entidade privada:

Declaração atualizada da entidade patronal devidamente datada, assinada e autenticada através de carimbo próprio, onde conste a identificação do estudante e demonstre, inequivocamente, o vínculo laboral.

iii) Trabalhadores independentes:

Declaração atualizada da Repartição de Finanças de como mantém a atividade e cópia de 1 recibo com datas atualizadas relativamente ao ano letivo que requer.

iv) Estudantes que frequentam curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, com duração igual ou superior a seis meses:

Declaração que comprove inequivocamente a situação invocada (documento emitido pela entidade formadora, entidade responsável pelo programa, etc.)

b) Se durante o período em que vigora a atribuição deste estatuto o aluno passe à condição de desemprego involuntário, manterá o estatuto de trabalhador-estudante até ao final desse ano letivo.

4 - Indeferimentos

Serão indeferidos todos os pedidos que:

a) Estejam fora de prazo;

b) Até ao final do prazo não estejam devidamente instruídos (requerimento + restante documentação) não podendo ser considerada como válida a entrada de apenas um elemento antes do final deste prazo;

5 - Decisão

A decisão sobre os requerimentos compete à Unidade de Assuntos Académicos, que pode solicitar a informação adicional que considerar necessária à devida instrução do pedido.

6 – Validade

a) O estatuto é requerido anualmente e só é válido para o ano letivo em que é pedido.

b) Ao solicitar o estatuto de trabalhador-estudante, os requerentes assumem e reconhecem o conteúdo do presente despacho.

7 - Direitos, deveres e outras regalias do trabalhador-estudante

Ao que não estiver contemplado no presente despacho, aplica-se a legislação laboral em vigor, bem como os regulamentos da UMA, nomeadamente o disposto no Regulamento de Avaliação.

8 - Casos especiais

Aos alunos do Ciclo Básico de Medicina aplica-se o despacho correspondente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, no que diz respeito aos pontos 2, 3 e 4 deste despacho.

9 - Casos omissos

Os casos omissos são resolvidos por despacho do Reitor da Universidade da Madeira.

10 - Revogação

O presente despacho revoga o Despacho n.º 68/R/2014 de 3 de junho.

11 - Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor a partir do ano letivo 2015/2016, após a publicitação pela Academia, pelos meios adequados.

Funchal e Universidade da Madeira, 12 de agosto de 2015

O Reitor



(José Carmo)

